

## CORPOS FEITOS DE MEMÓRIA: SUBJETIVAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS CORPOS FEMININOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1969 - 1972)

SELLY LARYSSA DA FONSÊCA LINS

### [RESUMO]

O objetivo deste artigo é pensar o corpo enquanto um espaço de inscrição de memórias. Corpos de mulheres que questionaram, de alguma forma, o regime político instaurado em 1964, e, por isso, experienciaram na própria carne a violência das ações dos órgãos repressivos. Prezamos por entender como em suas memórias percebem, sentem, subjetivam seus corpos, suas experiências, seus medos, a partir das marcas deixadas pela violência, pela tortura, pelo aprisionamento, por todas as formas de dor e humilhação a que foram submetidas nos anos em que estiveram à mercê das práticas de repressão política empreendida pela ditadura iniciada em 1964. Para tanto, foi mobilizado enquanto método de trabalho a análise arqueogenealógica dos discursos sobre os testemunhos de quatro ex-militantes, os quais foram concedidos, entre outros, ao Grupo de Trabalho (GT) “Ditadura e Gênero”, da Comissão Nacional da Verdade e ao Jornal *Folha de São Paulo*.

**Palavras-chave:** corpo, memória, subjetivação, espaço.

### [ABSTRACT]

**Bodies made of memory: subjectivation and construction of female bodies during the Brazilian civil-military dictatorship (1969 - 1972)**

The objective of this article is to think of the body as a space of inscription of memories. Bodies of women who questioned, somehow, the political regime established in 1964, and because of that, they experienced in their own flesh the violence of the actions of repressive organs. We cherish for understanding how they perceive, feel, and subjective their bodies, their experiences, their fears, in their memories, from the marks left by violence, torture, imprisonment, by all the forms of pain and humiliation that they were subjected in the years they were under practices of political repression undertaken by the dictatorship that began in 1964. For this, was mobilized, as a working method, the archaeo-genealogical analysis of the speeches over the testimonies of four former militants, which were granted, among others, to the Working Group (WG) “Dictatorship and Gender” of the National Commission of Truth and to the *Folha de São Paulo* newspaper.

**Keywords:** body, memory, subjectivation, space.

## CORPOS FEITOS DE MEMÓRIA: SUBJETIVAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS CORPOS FEMININOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1969 - 1972)

SELLY LARYSSA DA FONSÊCA LINS

**Introdução**

Muitos momentos da história são escritos com sangue e dor. Uma desses momentos se reporta à ditadura civil-militar brasileira (1964 - 1985)<sup>1</sup>, regime instaurado após um golpe liderado pelas Forças Armadas, responsável pela destituição de um presidente legitimamente eleito<sup>2</sup> e a condução ao poder das classes dominantes e suas elites ideológicas (TOLEDO, 2004). Assim, tivemos um regime autoritário que perdurou no poder por mais de vinte anos, tendo como uma das principais bases de apoio um forte aparato repressivo, o qual foi responsável pela prática de múltiplas violações a grupos e indivíduos, entre os quais, estudantes, trabalhadores, artistas, mulheres e até mesmo crianças. Toda e qualquer pessoa poderia encarnar e assumir a condição de inimigo do Estado. Bastava, para isso, se deslocar dos padrões políticos, sociais e morais estabelecidos. À vista disso, as mulheres que optaram por se fazerem presentes na resistência se converteram em um inimigo potencial para o Estado ditatorial e sua estrutura repressiva e especialmente elementos relacionados aos seus corpos tornaram-se traços fundamentais da política de tortura efetivada por agentes dos órgãos repressivos (FERREIRA; DELGADO, 2013).

Mesmo diante desse passado, o que temos observado nos últimos anos é o afloramento e a intensificação dos discursos de exaltação de Estados ditatoriais. Manifestações públicas em defesa de elementos indefensáveis que vêm trazendo à tona duas das faces mais cruentas da sociedade brasileira: a da ignorância e do enobrecimento de um passado que, apesar de ser memoriado pela desumanidade no qual esteve submerso, é tido como sinônimo de segurança e solidez.

Logo, ao interpretarmos essa memória e essa história esperamos dar visibilidade às mulheres que guardaram seus planos, sonhos e vidas e lutaram por aquilo que acreditavam ser o certo para o momento. Mulheres que viram e sentiram na pele o passado traumático muitas vezes contestado.

Diante disso, o objetivo deste artigo é pensar o corpo como um espaço de inscrição de memórias. Corpos de mulheres que questionaram, de alguma forma, o regime político instaurado em 1964, e por isso, experienciaram na própria carne violações consumadas pelos agentes dos órgãos repressivos. Como em suas memórias percebem, sentem, subjetivam seus corpos, suas experiências, seus medos, a partir das marcas deixadas pela violência, pela tortura, pelo aprisionamento, por todas as formas de dor e humilhação a que foram submetidas nos anos em que estiveram à mercê das práticas de repressão política empreendida pela ditadura iniciada em 1964. Como os seus corpos foram e são percebidos enquanto espaços nos quais reminiscências de outrora ainda se fazem vivas e se mesclam a elementos contemporâneos.

Para a elaboração do presente artigo foi mobilizado enquanto método de trabalho a análise arqueogenealógica dos discursos, a qual considera que ao fazer história, tudo aquilo que foi proferido, pronunciado e discursado por indivíduos está no patamar do conhecimento. “[...] O que foi dito instaura uma realidade discursiva; e sendo o ser humano um ser discursivo, criado ele mesmo pela linguagem, a Arqueologia é o método para desvendar como o homem constrói sua própria existência [...]” (GIACOMINI; VARGAS, 2010, p. 122). Sendo assim, ao pensarmos o corpo enquanto um espaço concebido por memórias, buscamos as regularidades discursivas que constituíram os variados discursos que foram analisados (FOUCAULT, 2009).

**[SURES | Volume 1, número 13, 2019]**

<sup>1</sup>Optamos pela utilização do referido termo por entender que o Golpe de 1964, que deu início ao Regime Militar, contou com o apoio social e financeiro de parcelas da sociedade civil, a exemplo de grupos relacionados ao empresariado nacional e/ou estrangeiro (TOLEDO, 2004).

<sup>2</sup>O governo João Goulart foi marcado por uma curta existência, indo de setembro de 1961 a março de 1964.

## CORPOS FEITOS DE MEMÓRIA: SUBJETIVAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS CORPOS FEMININOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1969 - 1972)

SELLY LARYSSA DA FONSÊCA LINS

Para tanto, focamos na análise das fontes elaboradas a partir dos testemunhos coletados por grupos de trabalho (GT) da Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>3</sup>, destacadamente o GT “Ditadura e gênero”, para o qual Rosemary Nogueira, vítima civil da ditadura, jornalista, militante e integrante do Grupo Tortura Nunca Mais (SP), relata o processo de encarceramento e agressões ao que foi submetida. À época da sua prisão, em 4 de novembro de 1969, Rosemary militava pelo grupo Aliança Libertadora Nacional (ALN), atuava no apoio logístico. Seu testemunho foi colhido no dia 17 de setembro de 2013, e consta de 01:46:46 de duração, que transcrito, totaliza 31 laudas.

Maria Amélia de Almeida Teles também discorre em depoimento concedido no dia 25 de março de 2013 ao CNV – 33 páginas de testemunho – o processo de violência que a submeteram quando foi presa e levada à Operação Bandeirantes (OBAN). Criméia Alice Schmidt de Almeida narra em vídeo com 03:20:00, durante audiência pública realizada pela CNV – a qual teve o objetivo de apresentar o andamento das investigações que vinham sendo conduzidas acerca dos mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia – parte do processo de violações a que foi submetida mesmo em avançado estado de gravidez.

Outras documentações também foram mobilizadas durante o processo de construção deste trabalho, tal como o livro biográfico e memorial *Direito à memória e à verdade: luta substantivo feminino* (2010), fruto do relatório *Direito à memória e à verdade*, 4 o qual registra a vida e a morte de quarenta e cinco mulheres que lutaram contra a ditadura e traz vinte e sete testemunhos de sobreviventes, dos quais o de Maria Amélia de Almeida Teles compõe parte do arquivo analisado.

<sup>3</sup>Este órgão foi criado pela Lei 12.528/2011 e instituído em 16 de maio de 2012 com o objetivo de investigar e esclarecer as graves violações dos direitos humanos ocorridas, principalmente, no contexto do Estado de exceção instaurado no Brasil através do golpe de 1964. A atuação da instituição tinha por base efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Com seu mandato marcado para finalização em dezembro de 2013, tivemos a prorrogação de suas atividades até dezembro de 2014, através da medida provisória nº 632 (BRASIL, 2014).

Além disso, tomaremos como base também os relatos da Maria Amélia concedidos ao livro *A aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade* (2013), da historiadora Margareth Rago, obra na qual estabelece as narrativas autobiográficas de sete mulheres nascidas entre os anos de 1940 e 1950. Ademais de uma entrevista que a ex-presidenta Dilma Vana Rousseff concedeu a um órgão midiático: *Folha de São Paulo*, publicada em 21 de junho de 2005, durante a qual dialogou sobre suas experiências enquanto militante, prisioneira política e, conseqüentemente, sobre suas memórias acerca das torturas.

Tendo como base o explicitado, este artigo se desdobra em dois momentos: no primeiro iremos realizar uma discussão e análise em torno da ideia de corpo e de como este se converte em espaço de recordações e subjetividades a partir das marcas das torturas. No segundo momento, iremos analisar em que medida os corpos submetidos às torturas e violações se convertem em “vidas nuas” (AGAMBEN, 2017), ou seja, corpos cujas vidas demarcam o limiar entre vidas dignas e não dignas de serem vividas e, portanto, passíveis de apagamento.

### O corpo feminino enquanto espaço de memórias, subjetividades e marcas da tortura

As mulheres cujos testemunhos e narrativas foram analisados neste texto desempenharam e desempenham diversos papéis na sociedade. Entretanto, algo que todas possuem em comum é o engajamento na denúncia e narrativa de um dos momentos da história brasileira: a Ditadura civil-militar. Mulheres que possuem nomes, vidas, corpos, memórias. Criméia Alice Schmidt de Almeida, Maria Amélia de Almeida Teles, Rosemary Nogueira e Dilma Vana Rousseff.

<sup>4</sup> O lançamento da referida obra ocorreu em agosto de 2007 numa audiência coordenada pelo Ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a qual contribuiu para o fortalecimento do debate democrático sobre a questão dos mortos e desaparecidos durante o regime iniciado em 1964 (MIRLENO; OJEDA, 2010).

## CORPOS FEITOS DE MEMÓRIA: SUBJETIVAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS CORPOS FEMININOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1969 - 1972)

SELLY LARYSSA DA FONSÊCA LINS

Mulheres cujos corpos constituem espaços e nos quais caminhos e lugares possíveis, reais ou utópicos emergem através das memórias, das imaginações e percepções construídas ontem e hoje (FOUCAULT, 2013).

Temporalmente a temática abordada situa-se entre os anos de 1969 – 1972, intervalo no qual as mulheres aqui retratadas foram presas e, por conseguinte, se tornaram alvos das políticas repressivas dos órgãos aos quais foram levadas, mas também traz consigo elementos históricos do hoje. Isso se justifica devido ao fato de que, ao focarmos nos corpos de ex-militantes que lutaram contra a ditadura civil-militar, privilegiamos as narrativas construídas por quatro mulheres em torno das percepções, subjetividades, marcas e memórias que carregam em seus corpos. Não somente sua aparência, seus sinais ou seu funcionamento se modificam ao longo do tempo, eles podem, ainda, ser negados ou reafirmados, manipulados, alterados, transformados ou subvertidos”. (LOURO, 2004, p. 82). E, junto com os corpos, a memória, as recordações, o que nos faz ter interesse não apenas nos feitos do passado tal como ocorreram, mas também nas maneiras como as pessoas recordam e constroem as suas lembranças (SCHWARZSTEIN, 2001). Principalmente se levarmos em conta que possíveis ausências não devem ser entendidas enquanto desvios graves e patológicos que invalidam o processo de memorização, uma vez que os esquecimentos devem ser tratados “[...] como o avesso de sombra da região iluminada da memória, que nos liga ao que se passou antes que o transformássemos em memória [...]”. (RICOEUR, 2007, p. 40).

Ao pensarmos nos significados que essas mulheres atribuíam aos seus próprios corpos, tomamos como base seus discursos após as torturas e violações às quais eram submetidas. Momentos marcados por subjetividades e memórias que carregam a dor de terem tido seus corpos “[...] detidos, interditados, ameaçados, torturados, violentados sexualmente, explorados nos seus limites [...]” (VEIGA, 2009, p. 5).

É justamente essa perspectiva subjetiva, esquecida pela história tradicional, que resolvemos abordar (SALVATICI, 2005). Nesse sentido, o ato de despír o corpo forçosamente se constituiu como uma das marcas dos abusos cometidos que atingiram o cerne do ser mulher, pois

A experiência da nudez surge como uma ameaça, como a falta de proteção e entrega do corpo do preso. A roupa não se limita a sua função de cobrir o corpo, mas tem o significado simbólico de proteção; o corpo despido torna-se não apenas vulnerável, mas também causa a vergonha ou o sentimento de desonra diante dos torturadores [...]. (FERNANDES, 2011, p. 314).

Elementos presentes na fala de Maria Amélia de Almeida Teles, ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) quando presa em 28 de dezembro de 1972 e levada à Operação Bandeirantes (OBAN), no qual narra parte do que vivenciou

[...] A primeira forma de torturar foi me arrancar a roupa. Lembro-me que ainda tentava impedir que tirassem a minha calcinha, que acabou sendo rasgada. Começaram com choque elétrico e dando socos na minha cara. Com tanto choque e soco, teve uma hora que eu apaguei. [...] (MIRLENO; OJEDA, 2010, p. 162).

Maria Amélia, em outro testemunho concedido durante a 25ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade no dia 25 de março de 2013, constrói como para ela essas violências a atingiram enquanto ser humano e mulher, se constituindo, inclusive, enquanto marcas que perduraram por muito tempo em seu âmago. Nas próprias palavras de Maria Amélia, em entrevista realizada e concedida em janeiro de 2008 à historiadora Margareth Rago para a escrita de seu livro *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013), ela traduz em partes como a prisão e a tortura alteram e interferem nas subjetividades dos indivíduos, pois “A prisão arreventou com a vida

## CORPOS FEITOS DE MEMÓRIA: SUBJETIVAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS CORPOS FEMININOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1969 - 1972)

SELLY LARYSSA DA FONSÊCA LINS

afetiva, pessoal, social, intelectual [...]”. (p. 76). Isso porque “[...] colada a um ‘corpo concreto’, histórico - objeto e resultado de práticas concretas - encontra-se certa ‘corporeidade’, que é da ordem dos dispositivos, dos enunciados e das normas, implicando jogos de enunciação, de normalização e de subjetivação, nos quais não apenas o corpo, mas a própria ‘alma’, a subjetividade dos sujeitos, é produzida”. (PRADO FILHO; TRISOTTO, 2008, p. 116).

No que diz respeito à maternidade, esta teve uma significância árdua, ou como Maria Amélia narrou “[...] nós sabemos quanto à maternidade, o ônus da maternidade que nós carregamos”. (BRASIL, 2014, p. 2). Elemento julgado doloroso por ter sido convertido pelo aparato repressivo enquanto instrumento de tortura e violações e lembrado por Rosemary Nogueira em seu depoimento, no qual relata que

Eu vi meu filho duas vezes, eles levaram meu filho no DOPS, foram buscar a minha sogra, minha mãe, meu pai, meu sogro. Levaram. Estavam com eles lá em cima dizendo que a gente ia receber visita. E enquanto isso eles iam me ameaçar lá na cela: “Ó, o moleque está lá em cima, o chefe quebra a perna, queima”. Falava essas coisas para mim: “Olha lá o que você vai falar”. Para me ameaçar ameaçaram fazer isso com o meu filho, depois eu subi e a minha mãe veio me abraçando, chorando [...] (BRASIL, 2014, p. 11).

Fala que demonstra como aspectos relacionados à maternidade também interferiram no processo de produção de subjetividades por essas mulheres, em como o ser mulher e ser mãe foram influenciados, pensados, sentidos e alterados a partir das práticas de torturas impostas sobre os seus corpos e lembradas contemporaneamente.

O fragmento do relato acima transcrito e outras passagens dos testemunhos analisados podem ser aludidas para refletir acerca da interpretação dos corpos enquanto espaços de memória a partir das marcas das torturas, as quais, quando são lembradas, emergem dos corpos e se constituem atreladas a estes. Aspecto presente em relato no qual Rosemary descreve como um dos poucos elos que ainda mantinha com o seu filho enquanto era prisioneira política, o leite materno, foi arbitrariamente arrancado de si.

[...] Ele foi embora, veio o enfermeiro logo depois para me dar uma injeção para cortar o leite, porque esse Tralli dizia que o leite atrapalhava ele, essa foi também uma das coisas horríveis, porque enquanto você tem o leite você está ligada com o seu filho, aí me deram uma injeção à força, eu não quis tomar, virei, empurrei, mas eles deram aqui na coxa, na frente, uma injeção aqui (BRASIL, 2014, p. 08).

A partir do trecho descrito acima, percebemos que esse locus, o corpo, se constitui não só um espaço, mas sim um emaranhado de espaços, lugares, memórias, sentidos; que carrega em si o mundo, que é construído a partir das suas impressões, simbolismos, contatos, afetos e também dores (LE BRETON, 2012). Os corpos, assim, podem assumir “[...] uma forma, que esta forma tem um contorno, que no contorno há uma espessura, um peso [...]”. (FOUCAULT, 2013, p. 15), e, que, portanto, ao serem pensados aqui enquanto espaços os entendemos “[...] marcados social, simbólica e materialmente - pelo próprio sujeito e pelos outros. [...]”. (LOURO, 2004, p. 83). Nesse sentido, a tortura impetrada sobre um corpo imprime neste múltiplas marcas simbólicas e/ou físicas, dolorosas, que concedem formas, interferem e alteram as subjetividades dos indivíduos.

Do mesmo modo, também podemos analisar, em entrevista concedida por Dilma Vana Rousseff ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho em 2003, mas publicada em 21 de junho de 2005 pela Folha de São Paulo, relato de parte das violações que a ex-presidenta teria sofrido quando foi presa em janeiro de 1970 e levada à Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo e, posteriormente, ao Doi-Codi e ao Presídio Tiradentes, ambos também em SP. Durante o diálogo, Dilma discorre sobre alguns elementos relacionados aos momentos em que foi torturada, ao longo dos quais revela que

Você não sabe quanto tempo, nem que tempo que é. Sabe por quê? Porque pára, e quando pára não melhora, porque ele fala o seguinte: "Agora você pensa um pouco". Parava, me retiravam e me jogavam nesse lugar do ladrilho, que era um banheiro, no primeiro andar do DOI-Codi. Com

**CORPOS FEITOS DE MEMÓRIA: SUBJETIVAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS CORPOS FEMININOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1969 - 1972)**

SELLY LARYSSA DA FONSÊCA LINS

sangue, com tudo. Te largam. Depois, você treme muito, você tem muito frio. Você está nu, né? É muito frio. Aí voltava. Nesse dia foi muito tempo. Teve uma hora que eu estava em posição fetal. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005, p. 4).

Mais adiante, Dilma também relata que “[...] A dor tem que ser infligida com o controle deles. “[...] Ele tem que demonstrar que tem o poder de controlar tua dor”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005, p. 4). Trechos sobre os quais podemos depreender variadas interpretações, mas que demonstram o corpo enquanto espaço de inscrição das memórias da tortura. Isto, na medida em que o relato das atrocidades sofridas sempre perpassa a dimensão corpórea dos sujeitos e de como afetam suas subjetividades, a partir, justamente, da ideia de ter o próprio corpo controlado, esquadrinhado, dosado, em certa quantidade, a dor que deve ser sentida nas suas próprias carnes. Quer dizer, o indivíduo se vê impedido de conter ou moderar qualquer traço ou sensação que se desvele sobre o seu próprio corpo. Essa dimensão faz com que esse espaço corpóreo assuma um peso, se converta em obstáculo ao próprio corpo em si. (SANT’ANNA, 2001).

**O corpo enquanto espaço a ser apagado**

Para Foucault (2013) é impossível se falar de um espaço neutro, branco, dúbio, pois “[...] não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel [...]” (p. 19). Podemos falar o mesmo do corpo, o primeiro espaço com o qual temos contato. Tais espaços corpóreos se expressam por meio da linguagem, signos, dispositivos e convenções. É no corpo e através do corpo que as marcas, muitas vezes invisíveis, se realizam, tanto pelo próprio sujeito quanto pelos outros.

Sendo assim, os corpos são imbricados por características, normas, valores que os hierarquizam, classificam e determina-os social e culturalmente. Em contraposição a muitas dessas marcas, teremos “[...] uma série de artefatos, acessórios, gestos e atitudes que uma sociedade arbitrariamente estabeleceu como adequados e legítimos” (LOURO, 2004, p. 87), objetivando a produção do que consideram corpos normais, ou, tal como Louro (2004) propõe, corpos marcados e significados por elementos que constituem traços de poder e, conseqüentemente, o farão valer mais ou valer menos.

À vista disso, a dimensão do espaço corpóreo enquanto um “corpo abjeto” se mostra presente neste escrito e foi observado a partir dos relatos considerados. O conceito de “corpos abjetos” foi definido por Butler para referenciar corpos cujas vidas e materialidades são entendidas enquanto não importantes, insignificantes, que não constituiriam vidas de fato (MEIJER; PRINS, 2002). Dimensão que com seus nuances é abordada por Agamben (2007) ao refletir sobre os corpos cujas vidas são sem valor ou indignas de serem vividas, ou seja, constituiriam “vidas sacras”, aquelas que cessam de ser politicamente relevantes e, por isso, podem ser impunemente eliminadas. Assim, “[...] Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais sejam os seus ‘homens sacros’ [...]”. (AGAMBEN, 2007, p. 146). Reflexão que pode ser desenvolvida a partir dos testemunhos de muitas vítimas do Estado ditatorial de 1964 e presente no relato de Criméia Alice de Schmidt de Almeida concedido durante audiência conduzida pela Comissão Nacional da Verdade acerca dos mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, no decurso da qual relatou o tratamento a que foi submetida após entrar em trabalho de parto

**CORPOS FEITOS DE MEMÓRIA: SUBJETIVAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS CORPOS FEMININOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1969 - 1972)**

SELLY LARYSSA DA FONSÊCA LINS

[...] o obstetra é um médico oficial do Exército, disse que eu estava em trabalho de parto, mas que ele não ia fazer o parto porque ele não estava de plantão. E, na noite seguinte, ele estaria de plantão e faria o parto. Eu reclamei que a criança não ia aguentar, que ia morrer, ele disse: “não tem importância, é um comunista a menos”. (BRASIL, 2014, p. 19).

Nesse sentindo, o corpo considerado adverso ao Estado militar instituído a partir do golpe de 1964 deixa de ser o espaço de demarcação do sujeito e converte-se em espólio (LE BRETON, 2003). Torna-se “vida matável”, desejosa, pelas forças políticas retrógradas, de ser aniquilada, destruída, não só o corpo, mas também a alma. (RAGO, 2013). Essa percepção dos corpos de ex-militantes enquanto corpos abjetos que poderiam ter suas vidas apagadas também se faz presente na já referenciada entrevista concedida por Dilma Rousseff ao jornalista Luiz Maklouf, durante a qual se torna visível esse entendimento sobre os corpos revéis

Eu lembro de chegar na Operação Bandeirante, presa, no início de 70. Era aquele negócio meio terreno baldio, não tinha nem muro, direito. Eu entrei no pátio da Operação Bandeirantes e começaram a gritar “mata!”, “tira a roupa”, “terrorista”, “filha da puta”, “deve ter matado gente”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005, p. 4).

O corpo, esse espaço pertencente a cada homem, converte-se em “vida nua” (AGAMBEN 2017), torna-se esse limiar que separa a vida humana da vida não humana. A dizer, a vida de militantes e, por conseguinte, de seus descendentes seriam “vidas sacras” ou “corpos abjetos” cuja existência poderia ser interrompida a qualquer momento sem nenhuma imputabilidade por isso. Seus corpos convertem-se em espaços sem importância, e que, portanto, poderiam ser controlados, esquecidos, desvanecidos.

**Considerações finais**

Diante do exposto, os corpos aqui retratados são interpretados enquanto espaços que, entre outros aspectos, permitem o afloramento de memórias, as quais, por sua vez, anuem a construção e reconstrução de subjetividades, imagens e significados dados por mulheres e ex-militantes às diversas circunstâncias de suas vidas. Nessa perspectiva, o corpo surge como campo não só de construção de subjetividades, mas também de memórias, o que faz com que a democratização destas seja a condição básica e imprescindível para a consolidação das democracias contemporâneas. (SALVATICI, 2005).

Em vista disso, ao interpretarmos o corpo enquanto um espaço de memórias, testemunhos, discursos e imagens das mulheres que viram suas vidas serem atingidas por essa estrutura repressiva, é observável como os seus corpos transformaram-se em espaços de posse e poder. Assim, relatar as lembranças, dores e sofrimentos vivenciados não implica um processo de naturalização, mas sim de emersão de memórias que devem ser lembradas para que nunca mais se repitam. Não só a memória dessas mulheres e, consequentemente, de seus entes atingidos pela estrutura de repressão, mas de todos aqueles e aquelas que arriscaram as suas vidas e as vidas de pessoas amadas em nome da liberdade e da democracia.

**Referências**

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *O uso dos corpos*. 1. ed Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017. Coleção Estado de sítio, *Homo Sacer*, IV, 2.

## CORPOS FEITOS DE MEMÓRIA: SUBJETIVAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS CORPOS FEMININOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1969 - 1972)

SELLY LARYSSA DA FONSÊCA LINS

Arquivo CNV, 00092.000600/2013-19: Testemunho de Maria Amélia de Almeida Teles em Audiência Pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva em parceria com a CNV, em 25 de março de 2013a. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2021%2030%202000092.000600\\_201319%2020Maria%20Amelia%20de%20Almeida%20Teles.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2021%2030%202000092.000600_201319%2020Maria%20Amelia%20de%20Almeida%20Teles.pdf). Acesso em 22 abr. 2019.

Arquivo CNV, 00092.002333/2013-14: Testemunho de Rose Nogueira à CNV, em 17 de setembro de 2013b. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2013,%2023,%2024,%2056,%2068%20%2000092.002333\\_201314%20%E2%80%93%20Rosemary%20Nogueira.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2013,%2023,%2024,%2056,%2068%20%2000092.002333_201314%20%E2%80%93%20Rosemary%20Nogueira.pdf). Acesso em 22 abr. 2019.

Arquivo CNV, 00092.001866/2014-60: Testemunho de Criméia Schmidt de Almeida, Danilo Carneiro, Maria Eliane de Castro e Elizabeth Silveira e Silva à CNV, em 12 de agosto de 2014. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo17/Nota%2031%20-%2000092.001866\\_2014-0.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo17/Nota%2031%20-%2000092.001866_2014-0.pdf). Acesso em 22 abr. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. In: Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. P. 400-435. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em 19 nov. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Tortura. In: Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. P. 327-398. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em 22 abr. 2019.

CARVALHO, Luiz Maklouf. A Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 jun. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200508.htm>. Acesso em: 14 jul. 2019. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO CONTEMPORÂNEA. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Biografia Dilma Vana Rousseff. FGV: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>. Acesso em 10 out. 2019.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Almeida Neves. (Org.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERNANDES, Anna Cláudia Bueno. O ataque ao corpo durante a Ditadura Militar brasileira. In: I jornada de estudos sobre ditadura e direitos humanos. 2011. Disponível em: [http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I\\_Jornada\\_Ditaduras\\_e\\_Direitos\\_Humanos\\_Ebook.pdf](http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I_Jornada_Ditaduras_e_Direitos_Humanos_Ebook.pdf). Acesso em 22 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. NEVES, L. F. B. (tradução). 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GIACOMINI, MARCELLO PANIZ; VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação discursiva. Veredas On Line – Análise do Discurso, Juiz de Fora, fev. 2010. PPG Linguística/UFJF. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-09.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LE BRETON, David. Antropologia do corpo e modernidade. 2. ed. Trad. Fábio dos Santos Creder Lopes. Editora Vozes: Petrópolis, 2012.

LE BRETON, David. Adeus ao corpo: antropologia e sociedade. 3. ed. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MIRLENO, Tatiane; OJEDA, Igor (Org.). Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MEIJER, Irene Costera; PRINS, Baukje. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Rev. Estud. Fem. vol.10 n.º1 Florianópolis Jan. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X200200010000](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X200200010000). Acesso em 28 jul. 2019.

PRADO FILHO, Kleber; TRISOTTO, Sabrina. O Corpo problematizado de uma perspectiva sócio-política. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 1, p. 115-121, jan./mar. 2008. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a13.pdf>. Acesso em 22 abr. 2019.

RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

**CORPOS FEITOS DE MEMÓRIA: SUBJETIVAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS CORPOS FEMININOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1969 - 1972)**

SELLY LARYSSA DA FONSÊCA LINS

Selly Laryssa da Fonsêca Lins  
Discente do Mestrado em História & Espaços -  
PPGH/UFRN  
sellyfonseca@hotmail.com

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história femininas. Estudos feministas IFCS/UFRJ, Florianópolis, v. 5, n. 1, 2005. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=114&path%5B%5D=109>. Acesso em 21 abr. 2019.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Corpos de passagem: ensaio sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e histórias traumáticas. História Oral. São Leopoldo, [S.l.], v. 4, p. 73-83, 2001. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=36&path%5B%5D=30>. Acesso em 22 abr. 2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. Rev bras de história, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>. Acesso em 21 jun. 2019.

VEIGA, Ana Maria. Um território a ser definido: corpos, gênero e ditaduras. Revista de História Comparada, v. 3, n. 2, p. 1-23, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/116/pdf>. Acesso em 23 abri. 2019.